

RECUPERANDO O FIO DE ARIADNE: A FUNDAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A ORGANIZAÇÃO DA SUA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA (1894 – 1906)



LEONARDO DA SILVA TORII¹

Resumo

Este artigo trata sobre a criação do Arquivo Público do Estado do Pará e todas as suas implicações históricas, que envolvem questões de cunho global e locais. O Arquivo Público foi oficialmente criado em 16 de abril de 1901, anexado à Biblioteca Pública do Estado do Pará. Sua principal função institucional era a preservação dos documentos históricos e o recolhimento sistemático da massa documental depositada nos arquivos das diversas repartições públicas estaduais. Isso atendia uma preocupação muito evidente com a questão da memória do Estado. Além dessa premissa, havia também uma inquietação muito latente nos planos dos gestores públicos que diz respeito a assuntos muito mais administrativos: proteger uma série de documentos que iriam resolver problemas ligados à terra de particulares e públicas, no que se refere à delimitação do tamanho e da legalidade, assim como solucionar conflitos pautados na questão de fronteiras entre municípios paraenses, de outros estados e com outros países.

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado do Pará. Documentos Históricos. Amazônia.

Abstract

This article deals with the creation of the Public Archive of the State of Pará and all its historical implications, which involve global and local issues. The Public Archive was officially created on April 16, 1901, with the Public Library of the State of Pará. Its main institutional function was the preservation of historical documents and the systematic collection of the documentary mass deposited in the archives of the various state public agencies. It was a very evident concern with the question of State memory. In addition to this premise, there was also a very latent concern in the plans of public managers with respect to much more administrative issues: the protection of a series of documents that would solve the problems related to the land of the private and the public, regarding the delimitation of the size and legality, in addition to resolving conflicts based on the question of borders between municipalities in Pará, other states and with other countries.

Keywords: Public Archive of the State of Pará. Historical Documents. Amazon.

Introdução

Este texto é fruto da dissertação de mestrado intitulada “O guardião da memória do estado do Pará: acesso à informação e política na criação do Arquivo Público do Estado do Pará (1894-1906)”, defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em História

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: leotorii@yahoo.com.br.



Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. O objetivo dela era compreender os traços históricos que envolviam a criação da instituição arquivística. Tanto do ponto de vista mais abrangente, quanto filigranas mais locais. Basicamente foram utilizados os documentos administrativos da instituição, os relatórios dos governadores, os jornais da época e as publicações do Arquivo Público. E este artigo tem a finalidade de mostrar todos os resultados obtidos da pesquisa.

A criação do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) aconteceu no dia 16 de abril de 1901, através do decreto estadual N° 996. Desde a sua instalação, a instituição arquivística ficou anexada à Biblioteca Pública do Pará até o ano de 1986, quando esta foi transferida para outro espaço, ficando o APEP no prédio localizado à travessa Campos Salles, em pleno bairro da Campina. O acervo documental depositado no Arquivo Público sempre foi muito consultado por diversos pesquisadores dada a sua grande importância histórica que os mesmos retratam: a história colonial da Amazônia e a história imperial da Província do Grão-Pará. E o mais interessante é que esses documentos já apresentavam um valor extraordinário mesmo antes da criação do APEP, quando estavam depositados no arquivo da Secretaria do Governo. Hoje o Arquivo Público é um dos mais importantes arquivos históricos do Brasil: são cerca de 4 milhões de documentos, dispostos em aproximadamente 2 mil metros lineares. São documentos que apresentam uma data tópica de 1649 a 2008, ou seja, abrange uma temporalidade dos três períodos da história do Brasil: colonial, imperial e republicano. Sobre a proveniência do acervo são documentos dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Refletindo sobre a sua fundação algumas questões vem à tona: qual o interesse do Estado em criar um arquivo público? Qual o objetivo do mesmo estado em recolher/reunir a documentação histórica em um único espaço? Qual o contexto histórico no qual o APEP foi criado? Como se deu a organização do acervo nos primeiros anos de funcionamento do arquivo público?

As respostas a essas questões auxiliam a compreender não somente a história da instituição arquivística, mas colaboram também com a história da cidade de Belém, do início da República no Estado do Pará e com alguns problemas administrativos que o governo precisava resolver como a situação de terras e de fronteiras.

Sobre traçar o histórico de acervos documentais, vale citar Neves (1998), quando afirma que o sentido dos documentos é muito maior do que a compreensão do passado, cuja leitura positiva de uma fonte ali depositada pode enunciar. Ele acaba permeando questões do presente e do passado, situações que levam a considerar que cada acervo ou



cada documento tem uma história que começa antes dele ser recolhido. Trata-se de uma compreensão que deve ser tomada em consideração no momento de sua seriação o que seria seriação, organização e disponibilização. Todo este longo processo deve estar mergulhado por outras variantes, como a presença política de homens de Estado, projetos políticos, entre outras. (SARRAF-PACHECO; TORII, 2015, p. 218).

Antes mesmo da disponibilização e uso de qualquer peça documental é primordial, contudo, garantir a sua integridade física, assim como a sua recuperação pela sistematização. É a partir dessa necessidade que os arquivos começam a atender as suas missões sociais, políticas e econômicas:

As batalhas por preservar memórias escritas, visuais e orais parecem distinguir o modo como sociedades passadas e sociedades presentes produzem, transmitem e recebem informações. À proporção que o mundo contemporâneo, especialmente a vida nos centros urbanos, foi distanciando-se das experiências sociais alicerçadas na tradição oral, aproximando-se e constituindo-se nos códigos no universo letrado, emergiu a necessidade de organizar seus registros em diferentes suportes. (SARRAF-PACHECO; TORII, 2015, p. 220-221)

Para Nora (1993, p.15), a nossa sociedade coloca a memória como uma necessidade fundamental de sua existência. Essa memória deve ser entendida como a acumulação enorme de uma massa material daquilo que nos é impossível lembrar. Para ele, os arquivos, que podem ser considerados um lugar de memória, já que são ao mesmo tempo materiais, simbólicos e funcionais. E cuja finalidade é procurar um distanciamento da História, visto que tem a intenção de parar o tempo e o esquecimento. Numa memória arquivista, todo documento passa a ser sacralizado, porque deixa a entender uma memória perdida organizada (JARDIM, 1995, p. 30).

Enredos múltiplos que formam o fio da meada: um breve histórico da criação do APEP e da organização do seu acervo documental.

O Arquivo Público teve como marco o ano de 1901 quando o governador Paes de Carvalho autorizou a sua criação junto à Biblioteca Pública. No entanto a concepção de uma instituição com essa finalidade não é resultado da nascente República no Estado do Pará. Foram encontrados alguns indícios, ainda no período imperial, de uma preocupação com os documentos históricos através de críticas e denúncias nos veículos de comunicação, assim como sugestões indiretas da sua criação.

Como forma de corroborar tais indícios, cita-se o jornal *Diário de Belém*, do ano de 1882, no qual há uma nota publicada que denuncia o estado de abandono e de



desorganização dos documentos da Secretaria do Governo. A nota do jornal afirmava que para os “cumpadres” do governo as informações são dadas. O jornal também denunciava a perda ou o sumiço de documentos do respectivo arquivo, assim como a falta de segurança na sala em que estavam guardados. (DIÁRIO DE BELÉM, 17 mar. 1882, p. 1). Tais indícios também podem ser encontrados no jornal *O Agrário*, onde havia uma sugestão que a Associação Agrícola ficasse com os documentos da Comissão de Colonização. Esse pedido se deu em função de não haver um arquivo público com que pudesse ser depositada a documentação (O AGRÁRIO, 1 out. 1885, p. 2).

O objetivo das duas notícias não era sugerir a criação de um arquivo público para a província, mas é incontestável que há uma clara evidência da necessidade de uma sistematização de um órgão público que ficaria responsável por um possível recolhimento dessa documentação pública.

Vale lembrar que em termos de âmbito nacional, o Arquivo Nacional já existia desde 1848, e alguns outros arquivos públicos já tinham sido criados. Então os gestores públicos do estado, assim como os intelectuais na província do Grão-Pará, já tinham noção das finalidades de um arquivo público. O que, portanto, era de fácil entendimento que essa proposta de criação de um arquivo público não era uma exclusividade do período republicano.

No entanto, essa discussão não encontrou um campo fértil para se ampliar no período do Império. É somente na República que todo esse debate volta em cena, haja vista que o novo governo se propunha em realizar uma reforma administrativa no sentido de dotar o aparelho burocrático com ares de modernidade, iniciada pelo governador Lauro Sodré. É durante este mandato que o acervo histórico que estava depositado na Secretaria do Governo vai ser transferido para a Biblioteca Pública, através da Lei N°164 de 31 de maio de 1894. É também nesta gestão que o prédio que abrigava o Banco Comercial vai ser comprado pelo estado para abrigar a Biblioteca Pública e futuramente o Arquivo Público. Toda a reforma que o prédio sofreu durante esse período vai entrar no próximo governo republicano de Paes de Carvalho (TORII, 2016, p. 45-55).

A organização do acervo inicia-se ainda quando este estava depositado no arquivo da Secretaria do Governo. Esse trabalho técnico teve como coordenador o senhor Antônio Marcos Nunes, uma figura sem muitas informações. Nos documentos analisados a menção do nome de Antônio Marcos Nunes fica restrita somente para o período em que esteve na direção dos trabalhos de organização do acervo: final de 1890 e início de 1891. Pelo curto tempo de trabalho essa tarefa não foi concluída.



Depois, a organização só vai ser retomada quando Arthur Vianna assumiu a direção da Biblioteca Pública em 1899 e em 1901, quando é criada a Biblioteca e Arquivo Público, até o ano 1906 quando o mesmo deixará o cargo por motivos de saúde. No entanto, do período de 1899 a 1906, é nítido o grande avanço nos trabalhos de organização da documentação. A parte colonial foi quase toda concluída, disponibilizada, e principalmente, divulgada através de uma publicação que se tornou muito conhecida: *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*. É na sua gestão que vai haver uma preocupação muito manifesta: o recolhimento de novos documentos, principalmente de algumas repartições e do interior (TORII, 2016, p. 64-70).

Quando se busca informações acerca da criação de arquivos públicos no Brasil é muito comum uma prerrogativa: a influência do Arquivo Nacional francês, criado em 1789, logo depois do processo revolucionário. Na verdade, dentro de uma tradição da arquivologia como área do conhecimento, esse marco é extremamente importante porque funciona como uma baliza do entendimento dos chamados arquivos modernos. É a partir dele que a noção de cidadania fica atrelada ao arquivo quando o cidadão tem a oportunidade de consultar os mais diversos documentos depositados no arquivo público. O período pós-Revolução Francesa proporcionou uma centralização dos documentos dos arquivos na França no Arquivo da Nação. A partir desse momento os documentos passaram a conceber relações de poder, e o arquivo vai valorizar a descrição dos documentos para que fossem encontrados com mais facilidade. (SCHIMIDT, 2012).

A criação de arquivos é uma das propostas da modernidade, iniciada numa concepção iluminista francesa (SILVA, 2006, p. 56). Desde a formação do Estado Nacional Francês, a partir de 1789, fruto da Revolução Francesa, a sociedade ocidental viu-se obrigada a criar e mitificar três modalidades institucionais de preservação de memória: os arquivos, os museus e as bibliotecas nacionais (CAMARGO, 2006).

Acrescenta-se nessa teia de significados dos arquivos públicos, os valores republicanos e de modernidade muito comuns no início do século XX.

Para o movimento positivista, a documentação produzida pelo Estado tinha um caráter de veracidade. O que seria segundo eles, possível construir um passado inquestionável. Daí a necessidade de sistematização de arquivos públicos. No Pará, o nome que mais se destaca quando se discute Positivismo é o de Lauro Sodré. Ele, enquanto governador do Pará, implementou uma série de reformas administrativas para agilizar os trâmites burocráticos e modernizar a máquina estatal. Vale ressaltar que essas reformas administrativas englobavam também a criação do APEP, quando em 1894, o



Governador autorizou o recolhimento da documentação histórica do antigo Arquivo da Secretaria do Governo para a Biblioteca Pública. Esta ação de “juntar” os documentos de antigos arquivos de secretarias em uma biblioteca, e depois em um arquivo, dá a grandeza da importância deste acervo para políticos e gestores imbricados pelo positivismo, como Sodré. Contudo, por mais que os positivistas tivessem a ideia de guardar “tudo”, este “tudo” sempre era seletivo. A “seleção documental” que estes mesmos gestores fizeram foi uma realidade, e é resultado de algo que vai além de suas vontades filosóficas, sociológicas ou mesmo políticas.

A prerrogativa “República e reformas administrativas” não é uma característica dos políticos da região, e sim que os modos de pensar, organizar e publicitar a informação histórica presente nos arquivos brasileiros. Ela é tributária da modernidade que ganha novos aspectos com a República, já que, de acordo com Brandão (2013):

Mudanças institucionais importantes ocorreram na passagem do século XIX para o XX no Brasil. Com a proclamação da República, uma nova elite de intelectuais, artistas, políticos e militares, com plataforma baseada em diretrizes científicas e técnicas, empreende a atualização das estruturas do Império com o objetivo de modernizar o país. (BRANDÃO, 2013, p. 162).

Dito desta forma, homens como Sodré, tinham um objetivo político em construir no Pará de 1894 uma memória histórica aos moldes de uma conservação estática dos mesmos. Contudo, neste caso, vale a pena discutir também sobre o domínio da memória pelo Estado. Isto é relevante, porque a memória sempre será um instrumento de poder, ou seja, o seu controle é uma garantia da manutenção de um domínio social e político (HOLLÓS, 2006). E não há como negar que os arquivos são lugares de memórias da qual os documentos podem mostrar-se, lembrar, recusar pontos de vista com potenciais impressionantes sobre uma gama de assuntos. E a maior parte deles, é revelador de interesses e conflitos políticos explícitos.

Mas citar todas essas influências não bastam para compreender a criação do APEP. Esse campo explicativo é válido, todavia não é suficiente para entender as filigranas do processo de reunião e organização do acervo do Arquivo Público. Essa preocupação latente atendia os preceitos rigorosos de uma modernidade muito pautada nas referências europeias, mas havia uma situação muito peculiar que deveria ser posta em questão e solucionada. Por enquanto vale a pena manter o suspense.

Nas últimas décadas do período imperial e nos primeiros anos da república no estado do Pará surgiu, na imprensa e em relatórios governamentais, um quadro de abandono e desorganização dos acervos em arquivos nas diversas repartições públicas.



Mas as críticas maiores eram para o arquivo da Secretaria do Governo, no qual a situação física estava dificultando os trabalhos administrativos e colocaria em risco a memória da região contada através dessa documentação.

No jornal *O Democrata* há uma denúncia contra a desorganização e o estado de abandono de que se encontrava o arquivo da Secretaria do Governo. Esse problema foi apontado quando a Administração Pública não conseguiu dar resposta de uma carta de sesmaria para um particular (O DEMOCRATA, 15 jan., p. 2). No projeto de lei – debatido e aprovado na Câmara do Senado e na Câmara dos Deputados sobre a anexação da documentação que estava no Arquivo da Secretaria de Governo para a Biblioteca Pública – fica muito evidente esse quadro de extrema desorganização dos documentos.

Na redação do projeto nº 32, da Câmara do Senado, que autorizava o recolhimento dos documentos históricos até o ano de 1840, fica bem nítida as justificativas dessa ação de recolher: o abandono e o acesso extremamente difícil dessa documentação².

Esse quadro físico do acervo também era muito comum nos arquivos do interior, apontados diversas vezes por Arthur Vianna, já como diretor da Biblioteca e Arquivo Público. Em várias correspondências oficiais, ele se queixava em relação a documentação que se encontrava no interior do estado, nos cartórios, na Igreja Católica e das repartições públicas estaduais e municipais. E uma sugestão apontada era o recolhimento dessa documentação para o Arquivo Público, colaborando dessa forma para a preservação dos documentos e da memória.

A principal preocupação com o descaso dessa documentação histórica era o quanto ela serviria para resolver alguns problemas ligados à ordem administrativa do Estado. A principal emergência era com relação à questão de terras no estado que se mostrava crítica desde o período imperial. Desde a Lei de Terras de 1850, o Estado pautou uma série de regras para a aquisição de terras o que causou certa confusão no momento de sua legalização, principalmente na reunião de documentos probatórios tanto da parte do solicitante quanto da parte do governo devido aos arquivos das repartições públicas estarem desorganizados. A República também vai herdar essa problemática que vai se tornar mais crítica com algumas legislações que visam deixar a legislação fundiária mais rigorosa para a posse de terras devolutas. E mais uma vez a questão dos documentos se sobressaem, mostrando a real necessidade de sua urgente reunião e organização.

² Câmara do Senado, série Projetos, ano: 1894, número da caixa: 55 e Câmara dos Deputados/ série Projetos, ano: 1894, número da caixa: 33.



Pode-se compreender a criação do Arquivo Público sob essa perspectiva também. O recolhimento da documentação histórica de Belém e do interior poderia ajudar o Estado a realizar esse processo de legalização e regularização fundiária. Era de conhecimento dos gestores públicos a real importância dessa documentação. Tanto é que logo após a criação do APEP, o diretor da instituição, Arthur Vianna, reuniu todas as cartas de data e sesmaria em vinte livros e tratou de fazer um índice onomástico dos sesmeiros para facilitar a busca pelos documentos. Outro dado importante que deve ser lembrado é que foram muitas as tentativas de Vianna em recolher a documentação dos cartórios do interior do Estado e da Secretaria de Obras Públicas. Nesses dois lugares a documentação que mais interessava para o diretor eram os documentos relacionados à posse de terra.

Após a criação do APEP em 1901, as principais solicitações ao diretor Arthur Vianna eram para conseguir documentos relacionados à posse de terra de particulares. Entre 1901 e 1906 foram localizados 14 pedidos de documentos que provassem a ocupação fundiária. Isso denota de forma muito clara a importância dessa documentação que deveria estar protegida e disponível para governo conseguir resolver problemas de cunho administrativo.

Outras solicitações ao Arquivo Público também devem ser lembradas podendo ser sintetizadas na procura de documentos históricos que demonstrassem os limites territoriais entre os municípios paraenses, dos estados com o Pará e do Brasil com os países vizinhos. Aqui é posto outro problema administrativo que deveria ser resolvido pelos primeiros governos republicanos: a questão dos limites territoriais, principalmente com os outros países.

Essa procura por documentos para fins de prova foi muito constante ao longo dos primeiros anos de funcionamento do APEP. E o estado sabia da importância desse acervo histórico tanto para fins da história quanto da parte burocrática/administrativa. Não é à toa que o mesmo vai financiar a compra de um prédio e sua adaptação para o funcionamento da Biblioteca e Arquivo Público, e também de material permanente (estantes, mesas, cadeiras). Essa contribuição veio também na organização do acervo quando foram encadernados aproximadamente 600 volumes de documentos no intervalo de tempo de 1901 a 1906.

Terras devolutas e públicas, terras de sesmarias: a questão territorial e de povoamento do presente republicano valorizava a volta aos documentos do Arquivo e gerava mais funcionários e mais recursos para publicação e compra de estantes. Contudo, o interesse de se unir os acervos e de se criar uma instituição com pessoas zelosas e hábeis



para sua preservação era algo comum nos Estados republicanos recém-criados, e era algo central na criação do APEP.

Os trâmites burocráticos da Biblioteca e Arquivo Público revelaram que as operações de recolhimento, identificação e difusão não eram propriamente “técnicas”. Havia a necessidade de guardar toda a documentação produzida e expedida pelo Estado? Quais documentos deveriam ser priorizados no momento de tratamento técnico e colocados à disposição? Quais documentos deveriam ter uma publicação específica? Quais procedimentos mais “técnicos” se tinham para realizar a classificação documental? Lendo o texto até este momento já se tem algumas respostas em mente.

Houve uma mudança de comportamento no que diz respeito à documentação que estava sendo alvo de organização. Desde que foi transferida para a Biblioteca, ela foi aos poucos recebendo uma importância e ganhando destaque por parte do Governo no sentido de organizá-la.

O número revelado anteriormente, 600 encadernações, deixa claro tudo isso. Vale destacar, também, a reforma que o prédio do antigo Banco Comercial do Pará recebeu para abrigar o acervo da biblioteca e do arquivo. Essa importância ganhou destaque cada vez mais quando algumas contendas administrativas, que se alastravam por décadas, começaram a ficar insustentáveis, como os limites, além dos problemas fundiários entre particulares já apontados ao longo do texto.

Já em 1904, a Biblioteca e Arquivo Público publicam o tomo 3 dos *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*. Esta sempre foi a principal publicação da instituição e ganhou muita notoriedade graças a sua periodicidade e servindo de propaganda governamental. E este tomo é específico para o catálogo de posseiros de sesmarias do período colonial. Nele, Arthur Vianna organizou 2.158 registros catalogados e reunidos em 20 (vinte) volumes dispostos em uma ordem cronológica. Vale ressaltar que essa separação não iniciou com Arthur Vianna, mas com Antônio Marcos Nunes, em 1891. Todavia, é na gestão de Vianna que se reúnem esses documentos e dá-se uma lógica a eles. Nesta publicação, há a seguinte estrutura para apresentar todas as cartas de datas e sesmarias encontradas pela equipe de Vianna: o nome do posseiro, a localização geográfica, a denominação do lugar e as datas de concessão e de confirmação da sesmaria. (ANNAES, 1904).

Numa rápida apresentação do volume, Vianna deixa muito evidente a importância dessa documentação para as questões administrativas ligadas à regularização de terra. Segundo ele, estes eram documentos extremamente requisitados e consultados antes do



recolhimento efetuado pela Biblioteca Pública, ou seja, no período em que estavam no arquivo da Secretaria do Governo. Há uma denúncia clara do Diretor sobre o sumiço de algumas cartas durante o período em que esteve no Arquivo da Secretaria do Governo. (ANNAES, 1904).

O que fontes apresentadas denotam é a grande importância que a documentação histórica que trata de ocupação fundiária possuía no início da República e da criação do Arquivo Público. Essa procura, contudo, vem bem antes, mas é somente quando ocorre a reunião de toda documentação colonial e imperial na Biblioteca e Arquivo Público é que a demanda começa a ser documentada.

Considerações finais

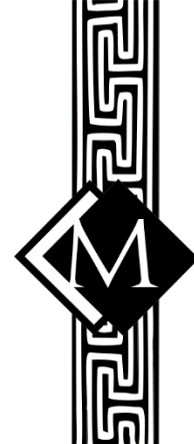
A criação do Arquivo Público do Estado do Pará atendia preceitos muito claros de modernidade experimentada pelos primeiros governos republicanos no Estado. Somados a tudo isso, tem-se as transformações que a cidade de Belém experimentava no final do século XIX, advento da riquíssima extração de látex da seringueira. A criação de lugares de memória³, como museus, bibliotecas e arquivos sintetizaria o gosto apurado de uma elite que desejava os ares de uma civilização localizada na Europa. Todavia essa compreensão não consegue dar conta por completo quando se problematiza a criação do APEP. O estado republicano vinha enfrentando um problema muito grave arrastado desde o período imperial, que era a questão dos documentos que estavam se perdendo devido às péssimas condições de armazenagem. Com isso muitas questões sérias estavam sendo aditadas como a regularização fundiária e a questão de fronteiras entre os municípios paraenses, dos estados da Amazônia e com outros países. Por isso, era fundamental a reunião desses documentos em um só lugar com a finalidade de sua organização e divulgação que iria contribuir para a preservação da memória histórica da região e facilitar os trâmites administrativos do Estado.

Data de Submissão: 11/05/2020

Data de Aceite: 14/07/2020

Referências

³ Para Nora (1993), os arquivos são lugares de memórias, ou seja, lugares cuja responsabilidade reside no fato de guardar para não perder, mas que naturalmente passa a ser esquecido por justamente estar num lugar de memória.



Diário de Belém, 17 mar. 1882, p.1.

O Agrário, 1 out. 1885, p.2.

O Democrata, 15 jan. 1890, p.2.

APEP, Fundo: Câmara do Senado, Série: Projetos, Ano: 1894, Caixa: 55.

APEP, Fundo: Câmara dos Deputados, Série: Projetos, Ano: 1894, Caixa: 33.

Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Terceiro. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904.

Referências Bibliográficas

ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 26, N. 2, jul. a dez. 2013, 2013. Disponível em <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/45>, acessado em 01 de agosto de 2020.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. “Patrimônio arquitetônico e documental: referências da institucionalização da assistência em saúde na Bahia e no Brasil”. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n. 4, p. 1761-1766, 2013.

CAMARGO, Célia Reis. **A construção da memória na sociedade global: identidades sociais: local x global.** 2006. Disponível em: http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai:ojs.cedap:article/28&oai_iden=oai_revista787>. Acesso em: 20 out. 2013.

HOLLÓS, Adriana Lucia Cox. **Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Unirio, Rio de Janeiro, 2006.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos. Ciência da Informação**, v. 25, n 2, 1995. Disponível em: www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=818&article=480&mode=pdf>. Acesso em: 1 nov. 2016.

NEVES, Margarida de Souza. “Os Jogos da Memória”. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Orgs.). **Ler e escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador.** Rio de Janeiro: Acess, 1998. p. 203-220.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.



SARRAF-PACHECO, Agenor; TORII, Leonardo. “Um guardião em teias: caminhos e sentidos na criação do Arquivo Público do Estado do Brasil”. **Americania**, Sevilha, v. 2, p. 216-258, 2015.

SCHIMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção de seu objeto científico: trajetórias, concepções, contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA. Armando. **Arquivo, direito e poder: para uma desconstrução construtiva**. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2006.

TORII, Leonardo. **O guardião da memória do estado do Pará: acesso à informação e política na criação do arquivo público do estado do Pará (1894-1906)**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Pará, 2016.